

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.203 - PA (2019/0355600-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : ANTONIO DJANE DOS REIS NASCIMENTO (PRESO)
ADVOGADO : ROGER WILLIAM AMARAL BARBOSA MORAIS - TO007627
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por ANTONIO DJANE DOS REIS NASCIMENTO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Depreende-se dos autos que o paciente foi denunciado como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal.

Em 18/1/2011, o Juízo de primeira instância decretou a prisão preventiva do ora recorrente com base nos seguintes fundamentos (e-STJ fl. 106).

- 1 - Considerando que o acusado, devidamente citado por Edital, não apresentou resposta escrita, nem constituiu advogado, nos termos do art. 366 do CPP, suspendo o processo e o curso do prazo prescricional.
- 2 - Considerando, ainda, o acúmulo de audiência e júris designados para os próximos meses, deixo de determinar, por ora, a produção antecipada de provas.
- 3 - Considerando que a simples fuga do réu é motivo suficiente para que seja decretada a sua prisão cautelar, por conveniência da instrução processual, decerto a prisão preventiva de ANTONIO DJANE DOS REIS NASCIMENTO, devidamente qualificado nos autos.
- 4 - Expeça-se MANDADO DE PRISÃO.

A custódia preventiva do ora recorrente foi efetivada no dia 8/10/2019.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a liberdade do ora recorrente, a ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 207):

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO. PLEITO LIBERATORIO. IMPOSSIBILIDADE. REQUISITOS DA DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR PRESENTES.

1. A citação por edital demanda o esgotamento dos meios usuais de

chamamento pessoal do denunciado para responder à acusação, sendo inviável, contudo, que se reconheça de nulidade da citação por edital, quando adotadas pelo juízo as providências necessárias à citação pessoal do paciente, em todos os endereços constantes dos autos.

2. Inexiste, igualmente, qualquer vício na fundamentação da decisão que decretou a custódia preventiva do paciente, estando seu lastro motivado na necessidade de resguardar a aplicação da lei penal, dada a revelia do acusado e a não constituição de advogado, ensejando, assim, a aplicação do art. 366 do CPP, com a produção antecipada da prova, a suspensão da prescrição, além da medida constritiva.

3. A efetivação do mandado prisional anos após a decretação da custódia reforça a necessidade e o acerto da medida constritiva, assegurando, além da já mencionada esmerada aplicação da lei penal, a responsabilização criminal do agente.

4. A prisão cautelar está, ainda, adequadamente motivada com base em elementos concretos extraídos dos autos, diante do modus operandi da suposta conduta criminoso, indicando a periculosidade do paciente.

5. Ordem denegada, por unanimidade.

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa alega que "a segregação acautelatória do Paciente carece de fundamentação" (e-STJ fl. 227).

Aduz que "o Paciente NUNCA foi citado/intimado das acusações que ora pesam contra si, seja em fase inquisitorial ou/e processual, o Paciente somente veio ter conhecimento das acusações pelo qual lhe é imputada após sua prisão, momento em que constituiu defesa técnica" (e-STJ fl. 231).

Sustenta que, "não tendo sido encontrado o acusado em única tentativa depois de recebida a denúncia, fora expedida edital de citação, sem qualquer tentativa de nova citação ou consulta ao INFOSEG, TRE (Tribunal Regional Eleitoral) ou RECEITA FEDERAL (RF), a cerca de algum endereço alternativo, onde o acusado/réu, ora paciente, pudesse ser localizado o que poderia ter sido feito pelo Juízo de ofício ou a requerimento do órgão acusador" (e-STJ fl. 233).

Assevera que "não foram esgotadas todas as diligências à citação pessoal do Acusado, indevida a citação direta por meio da Citação por Edital, ferindo assim o princípio da ampla defesa e contraditório, haja vista que o acusado não era fugitivo" (e-STJ fl. 235).

Defende que o "Paciente é primário e de bons antecedentes, não oferecendo qualquer risco à paz social, bem como não tem histórico de reiteração criminal" (e-STJ fl. 236).

Afirma que, "ao contrario do que afirmou a Magistrada em seu decreto preventivo, o Paciente não fugiu, se quer, tinha conhecimento dos fatos que pesam contra si, acima de tudo, o Paciente não vivia uma vida típica de foragido" (e-STJ fl. 239).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade provisória, mediante imposição de medidas cautelares alternativas.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito recursal, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste recurso.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Superior Tribunal de Justiça

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator